ISSN: 2358-8829

CORPOS DISSIDENTES E LUTA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE VISIBILIDADE E CIDADANIA LGBTQIAPN+ NO MST

André Luiz dos Santos Barbosa [1]
Cristiane Moraes Marinho [2]

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo, com destaque para travestis e pessoas trans: somente em 2024, foram 122 vítimas, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025). O assassinato de Dandara dos Santos, mulher trans brutalmente morta em via pública em 2017, condensa as opressões de gênero, sexualidade, classe e território que tornam esses corpos alvos preferenciais da violência e que expõem sua morte como advertência, numa pedagogia do terror à qual se contrapõem as práticas educativas e de resistência aqui analisadas.

Toma-se como objeto as produções do site oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especificamente a seção de diversidade “LGBT Sem Terra”, na qual a comunidade dissidente do campo assume o protagonismo de suas narrativas. O MST, cuja luta central é a Reforma Agrária Popular, constitui-se historicamente também como sujeito educativo, que forma seus militantes no próprio processo de luta (Caldart, 2004); ao longo das décadas, incorporou as pautas das mulheres e, mais recentemente, das dissidências sexuais e de gênero, com a criação do Coletivo LGBT Sem Terra em 2012. Mobiliza-se o conceito de dessilenciamento socioespacial, entendido como o processo de reivindicação e ressignificação da voz e da presença de corpos historicamente marginalizados nos territórios camponeses, que os converte em protagonistas de suas próprias narrativas.

O estudo fundamenta-se na necessidade de explorar as narrativas e as resistências desses sujeitos no contexto rural brasileiro, pois as pesquisas sobre corpos dissidentes e territórios

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - BA, andreluizbarbosa11@gmil.com.

[2] Professor(a) orientador(a): Doutora, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF - BA, cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br.

concentram-se no espaço urbano e escolar (Moresco, 2020; Troi, 2021; Melo, 2023), com incursões pontuais no espaço agrário (Santos, 2024). O objetivo é analisar como as produções do site do MST retratam a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e luta agrária, com foco nos processos educativos e identitários de corpos dissidentes trans e travestis. Os resultados indicam que o movimento atua como espaço estratégico de educação popular e política, no qual a produção de narrativas midiáticas constitui processo educativo fundamental para o fortalecimento da cidadania e da identidade desses sujeitos.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como qualitativa, exploratória e documental, opção justificada pelo número reduzido de produções acadêmicas sobre a temática. O *corpus* constituiu-se da totalidade das publicações da seção de diversidade do portal artigos, notícias, relatos e entrevistas, totalizando 120 postagens, organizadas cronologicamente. O tratamento dos dados seguiu as etapas da análise de conteúdo (Bardin, 2016): pré-análise, com a coleta e a organização dos documentos; exploração do material, com leitura exaustiva, codificação e categorização; e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico.

O processo analítico utilizou categorias apriorísticas, definidas a partir do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa, nas quais as unidades de registro foram classificadas: (I) reforma agrária, política e interseccionalidade; (II) ações formativas e culturais; e (III) enfrentamento à discriminação no campo. Complementarmente, um levantamento do tipo estado da arte na base Scopus e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no recorte de 2013 a 2024, permitiu situar a pesquisa na produção existente. Como produto educacional vinculado ao mestrado, elaborou-se o *podcast* “Corpos que Ocupam”, que dá continuidade, em formato de áudio, às práticas pedagógicas analisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão dos corpos dissidentes exige desnaturalizar o gênero. Nascimento (2021) concebe o gênero como performance e como processo de produção dos corpos, e Butler (2022, p. 75) afirma que “uma norma opera dentro das práticas sociais como o padrão implícito de normalização”, de modo que o gênero “não é exatamente o que se ‘é’, nem é precisamente o que se ‘tem’” (Butler, 2022, p. 76). Se as normas de gênero são aprendidas, elas também

podem ser desaprendidas, o que confere às práticas educativas papel central na sua desconstrução.

A interseccionalidade revela que essas opressões nunca operam isoladamente. Crenshaw (1989) demonstra que determinados sujeitos enfrentam opressões múltiplas e interligadas; Akotirene (2022) concebe o conceito como ferramenta afrodiaspórica e prática político-metodológica; e Collins e Bilge (2020) sustentam que classe, gênero, sexualidade e raça se moldam mutuamente. A normatização desses corpos encontra em Foucault (1988) sua gramática: o biopoder regula os corpos individuais e coletivos e faz da sexualidade um dispositivo político. Mbembe (2016) leva essa analítica ao limite com a necropolítica, que relega determinados corpos a zonas de morte social, o que engloba a negação de direitos e de cidadania plena.

Contra essas lógicas excludentes, a educação popular oferece um horizonte de emancipação. Para Freire (1987), a educação libertadora opõe-se à "educação bancária" e reconhece o educando como sujeito que, ao pronunciar o mundo, transforma-o; no MST, essa concepção ganha corpo na pedagogia do movimento, para a qual a própria luta social é matriz formativa (Caldart, 2004). Nessa perspectiva, ocupar a terra, a palavra e a mídia são gestos educativos que articulam teoria e práxis e constroem cidadania, num país que, apesar de avanços jurídicos, ainda lidera os assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ (GGB, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 120 postagens foram distribuídas nos três eixos estruturantes definidos a priori, sintetizados no Quadro 1. Longe de constituírem compartimentos estanques, os eixos se entrelaçam, e a irregularidade na frequência das publicações é, ela própria, um dado: a pauta da diversidade, ainda em consolidação no movimento, disputa espaço com as urgências históricas da luta pela terra.

Quadro 1 – Eixos estruturantes das produções da seção "LGBT Sem Terra"

Eixo	**Foco analítico**
Reforma agrária, política e interseccionalidade	A diversidade e o protagonismo trans e travesti como componentes da luta pela terra
Ações formativas e culturais	A educação popular e a formação para a diversidade
Enfrentamento à discriminação no campo	A denúncia da violência e a subnotificação no meio rural

Fonte: dados da pesquisa (2025).

O primeiro eixo incorpora a diversidade como componente indissociável da Reforma Agrária Popular, confirmando a formulação de Collins e Bilge (2020), para quem as relações

de poder, ao se cruzarem, moldam estruturas sociais e experiências cotidianas. A trajetória das mulheres antecipa esse percurso: inicialmente secundarizadas, conquistaram protagonismo e, em 1996, com a criação do coletivo de mulheres, garantiram pela primeira vez seu direito à terra (Deere, 2004). Nas publicações, travestis e pessoas trans narram suas trajetórias em discursos de autoafirmação "nossa existência é resistência" que convertem a experiência individual em pauta coletiva de dignidade. Emblemática é a figura de Ruth Venceremos, educadora e *drag queen* forjada nas lutas do MST, que une a arte *drag* ao enfrentamento da bancada ruralista. Ao publicizar essas narrativas, o site desloca os corpos dissidentes da posição de tutelados para a de protagonistas, e a própria produção midiática torna-se processo educativo para quem lê e para quem narra.

O segundo eixo evidencia o movimento como espaço estratégico de educação popular e política, ancorado na pedagogia freiriana (Freire, 1987). O curso "Tecendo teias coloridas de segurança digital e saúde mental das LGBT do MST", que conceitua a internet como um "grande latifúndio digital", o Programa "Brasil de Todas as Cores", que articula 26 organizações, e a Campanha Nacional contra a LGBTI+fobia no Campo compõem esse repertório formativo. O 1º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais Sem Terra, realizado em Fortaleza em 2024, somou formação e reivindicação ao denunciar como o latifúndio dificulta a interiorização das políticas de saúde da população trans. Tais ações fundamentam-se nas metodologias participativas que, conforme Marinho e Freitas (2015), constituem o alicerce de uma Assistência Técnica e Extensão Rural efetiva, e educam a militância para a diversidade ao articular teoria e práxis.

O terceiro eixo reúne as publicações de enfrentamento à discriminação e traz um achado de alta densidade analítica: apenas dez postagens abordam a violência. Longe de indicar sua inexistência, o número denota subnotificação, decorrente do isolamento geográfico e do esvaziamento dos aparelhos estatais de proteção no meio rural. Os assassinatos de Lindolfo Kosmaski, professor e militante morto em 2021 no Paraná, e de Gabriel de Souza Araújo, jovem negro e gay morto no Espírito Santo, evidenciam que a LGBTIfobia no campo constitui barreira letal à participação plena desses sujeitos; em ambos os casos, o MST pressionou o Estado por investigações rigorosas. Confirma-se o diagnóstico de Butler (2016, p. 28), para quem o corpo violentado é empurrado a "uma forma de viver nas sombras, não enquanto um sujeito humano, mas como fantasma". Ao denunciar, o movimento converte o luto em demanda política e em

aprendizado coletivo, contrapondo-se a uma necropolítica (Mbembe, 2016) que opera pelo silêncio e pelo abandono institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções da seção “LGBT Sem Terra” revelam o MST como espaço estratégico de educação popular e política, no qual a produção de narrativas midiáticas constitui processo educativo fundamental para o fortalecimento da cidadania e da identidade de travestis e pessoas trans. Essas práticas pedagógicas operam como ferramentas de resistência que educam para a diversidade, promovem a visibilidade de grupos marginalizados e consolidam o direito ao exercício pleno da cidadania.

Materializadas também em formato de áudio, como no *podcast* “Corpos que Ocupam”, tais ações articulam teoria e práxis na construção de uma educação emancipatória que desafia lógicas excludentes e fortalece a luta popular pela terra por meio do reconhecimento da pluralidade de corpos e existências que ocupam o espaço rural. Reconhecem-se os limites da análise documental e sugere-se, para investigações futuras, a realização de pesquisas de campo com militantes LGBTQIAPN+ sobre os processos formativos vividos nos acampamentos e assentamentos.

Palavras-chave: Educação do campo; Movimentos sociais; Processos educativos; Identidade; Trans e travestis.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2022. (Feminismos Plurais).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: Distrito Drag: ANTRA, 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. *In*: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

BUTLER, J. **Desfazendo o gênero**. Tradução: Aléxia Bretas *et al*. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil**. Salvador: GGB, 2024.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de metodologias participativas nos processos de assistência técnica e extensão rural (ATER): fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina, v. 3, n. 2, p. 10-22, 2015.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MELO, T. B. **Corpos no armário**: performances narrativas das masculinidades e travessias homoeróticas na fronteira. 2023. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023.

MORESCO, M. C. **Primavera secundarista feminista**: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais).

SANTOS, J. F. A. **Cercas no chão e a territorialização da diversidade sexual e de gênero no espaço agrário cearense**: um latifúndio em ocupação. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

TROI, M. de. **Salvador, cidade movente**: corpos dissidentes, mobilidades e direito à cidade. 2021. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.